



Evandro José Clovis VEREADOR

João Fernando de Assis Cipriani

VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS

PROJETO DE LEI Nº. 36/2015

denominação a logradouro público que especifica.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua José Clemente dos Reis a Rua E do Loteamento Villa Real Residence.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, 15 de julho de 2015.

'ereador

Carlos Antônio de Castro Lopes

Vereador

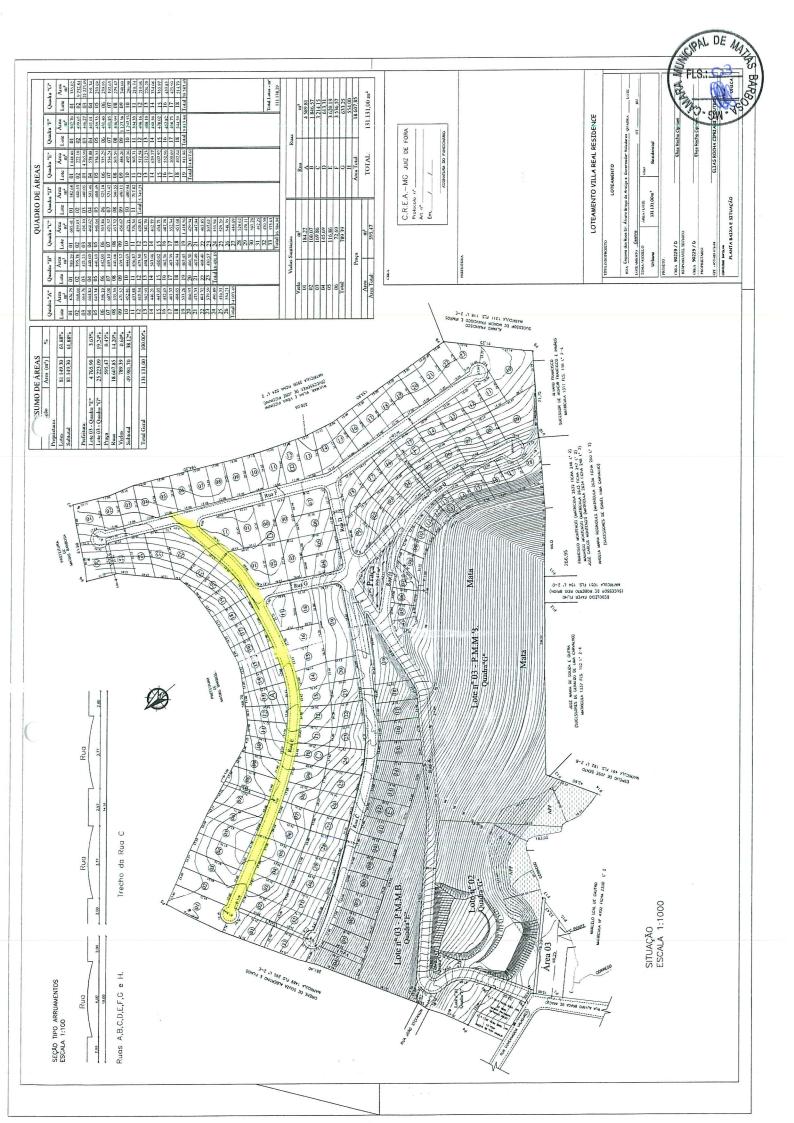
Marcos Martins CAMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

Justificação: O Loteamento Villa Real Residence foi reconhecido pela Le nº 1.208, de 29 de julho de 2013, que autorizou o percentual destinado ao Poder Público Municipal. Hoje, já existem construções no referido loteamento.

O Projeto de Lei apresentado visa dar denominação à Rua E do Loteamento Villa Real Residence de Rua José Clemente dos Reis, visando homenagear esse ilustre cidadão, que tanto contribuiu para o Município de Batias Barbosa.

Em anexo ao projeto apresentamos mapa de localização do logradouro (Loteamento Villa Real Residence), a biografia e a aquiescência dos familiares do homenageado.

Por todo o exposto, apresentamos o presente projeto de lei e esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a apreciação.







José Clemente dos Reis

Conhecido como Zé Reis, nasceu na data de 14 de novembro de 1916, na cidade de Guarani – MG. Filho de Francisco José dos Reis e Maria da Encarnação. Na década de 30 veio morar em Cotegipe,

Aos 22 anos, em 30 de setembro de 1938 casou-se com Sebastiana Motta dos Reis e desta união nasceram 11 filhos; Josenyr dos Reis, Neide Maria dos Reis, José Roberto dos Reis, Nilson Apolinésio dos Reis, Shirley Matias dos Reis, Ana Maria dos Reis, Marly Mara dos Reis, Maria Sebastiana dos Reis, Carlos Henrique dos Reis, Sílvia de Fátima dos Reis e Gilza de Jesus dos Reis. Adotaram ainda bebê José Carlos dos Reis.

Estudou até a 4ª série, hoje 5º Ano do Ensino Fundamental.

Embora com pouco instrução, trabalhou por 35 anos no DNER - Departamento de Estradas e Rodagem, como carpinteiro, onde se aposentou.

Na década de 60 veio morar em Matias Barbosa, no Bairro Nossa Senhora da Penha – Banheirinho.

Sempre preocupado com a comunidade, doava seu tempo na organização de mutirão para atender as pessoas que desejavam construir suas casas. Participou inteiramente da comunidade cristã, ajudando na construção do Salão Paroquial da comunidade, onde se tornou Ministro da Eucaristia. Foi membro da Sociedade Pró Melhoramento do Bairro Nossa Senhora da Penha, que visava o crescimento da comunidade. Foi um dos fundadores da Escola de Samba Unidos da Penha.

José Reis faleceu no dia 17 de maio de 2005, aos 88 anos de idade, mas sua lembrança e exemplo ainda ecoam nos corações e nas mentes dos que com ele conviveram.

Apesar de não ter nascido em Matias Barbosa, tornou um Matiense de coração.



Escrito por sua filha, Maria Sebastiana dos Reis em 15 de julho de

2015.



DECLARAÇÃO:

Pela presente, a família do Sr. José Clemente dos Reis, neste ato representado pela Sra. Josenyr dos Reis Ottoni, Inscrita no CPF sob o nº 832 241,226 - 68, portadora do RG MG 4296 482 , residente e domiciliada na Rua Samo Amo NIO
, nº. 330 bairro NOSSA SEA, DA PONHA,
Matias Barbosa – MG, filha do Sr. José Clemente dos Reis, já ciente da intenção em se homenagear a memória deste ilustre cidadão, denominando, com seu nome, a Rua do Loteamento Villa Real Residence, vem dar expressa anuência à sua utilização, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º da Lei Municipal nº.1.012, de 14 de julho de 2009.
Matias Barbosa, 15 de julho de 2015.





PROPOSIÇÃO DE LEI Nº. 36/2015

Dá denominação a logradouro público que especifica.

A Câmara Municipal de Matias Barbosa decreta:

Art. 1º - Fica denominada de Rua José Clemente dos Reis a Rua E do Loteamento Villa Real Residence.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 15 de julho de 2015.

Joaquim de Assis Nascimento Prefeito Municipal

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Salas de Sessões 221041	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Parecer final 14 08 PRESIDENTE		
À Comissão de Serviços e Políticas Públicas Municipais, Urbanismo e Cidadania. Salas das Sessões 26 / 04 / 15 PRESIDENTE	APROVAÇÃO em 2º votação Sala das Sessões 19 108 12015 PRESIDENTE		
APROVAÇÃO em 10 votação Sala das Sessões 14 1 08 120 15 PRESIDENTE			



Ofício nº. 351/2015/CMMB

Matias Barbosa, 17 de julho de 2015

Ilustríssima Doutora:

Solicito parecer jurídico na Proposição de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica".

Segue anexa cópia da referida proposição.

Atenciosamente,

Marcos Martins Presidente da Câmara Municipal

Anexo: Cópia do Processo Legislativo nº.36/2015

Ilma. Dra. Andréia Martins Ribeiro Advogada da Câmara Municipal de MATIAS BARBOSA - MG.

Receli em 20/7/18

Recebemos Camara Mun. de Matias Barbosa.



Parecer Jurídico



1. Histórico:

Parecer solicitado à Procuradoria da Câmara Municipal de Matias Barbosa na Proposição de Lei nº 36/2015, que "Dá nome ao logradouro público que especifica".

2. Quanto à Forma:

Nos termos do disposto no artigo 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Matias Barbosa, o projeto de Lei é definido como esboço de norma legislativa que, transformado em Lei, destina-se a produzir efeitos impositivos e gerais. Senão vejamos:

"Art. 147 – <u>Projeto de Lei é o esboço de norma legislativa que, transformado em Lei, destina-se a produzir efeitos impositivos e gerais</u>." (grifo nosso)

A iniciativa do projeto de Lei pertence à Câmara Municipal, que possui legitimidade para propor o projeto, nos termos do artigo 44 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 17, XI e artigo 82, inciso XVII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, descritos abaixo:

"Art. 44 - A iniciativa de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos".

"Art 17 – Os assuntos de competência do Município sobre os quais cabe à Câmara dispor, com a sanção do Prefeito são, especialmente:

XI – Denominação de próprios, vias e logradouros públicos".





"Art. 82 - Compete à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, em especial:

XVII – dispor sobre a denominação de próprios públicos e sobre a alteração desta";

3. Quanto à matéria:

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade da Proposição de Lei n° 36/2015, que dá nome a Rua "E" do loteamento "Villa Real Residence" de "José Clemente dos Reis".

Após consulta a Secretaria desta Casa Legislativa constatou-se a existência da Lei Municipal nº 1.012, de 14 de julho de 2009, que disciplina a denominação de logradouros públicos de Matias Barbosa e dá outras providências.

Portanto, a constitucionalidade da proposição será atestada a luz da Lei Municipal nº 1.012 – cópia anexa.

De acordo com a Lei, o projeto de denominação de logradouro público será aprovado mediante a comprovação das seguintes exigências:

- Transcurso de no mínimo 90 dias da data do falecimento;
- Proibição de duplicidade de logradouros com a mesma denominação, inclusive quando estes pertencerem a diferentes categorias, sob pena de nulidade.
- Identificação do logradouro a ser denominado, com planta ou mapa de sua localização.
- Qualificação pormenorizada do homenageado, com suas ações e inicíativas comunitárias e públicas que justifiquem a escolha do seu nome;
- Documento que ateste a aquiescência expressa dos familiares do homenageado.



A verificação do preenchimento dos requisitos se dá meramente por análise documental anexada ao projeto.

Pela documentação que instrui o projeto, verifica-se que quatro exigências da lei municipal foram comprovadamente cumpridas, quais sejam, lapso temporal mínimo de 90 dias da data do falecimento, identificação do logradouro, qualificação pormenorizada do homenageado e aquiescência dos familiares.

A lei exige em seu artigo 5º, parágrafo único, inciso I, a qualificação pormenorizada do homenageado, com suas ações e iniciativas comunitárias e públicas que justifiquem a escolha do seu nome para a denominação pretendida.

Porém, tal julgamento, do merecimento ou não da escolha do nome para a denominação pretendida, deve ocorrer a critérios dos Edis eleitos pelos munícipes para representá-los.

No que tange a proibição de duplicidade de logradouros públicos com a mesma denominação, sugiro que seja acrescentado ao projeto declaração firmada pelos autores da proposição ou documento hábil emitido pela Prefeitura Municipal declarando inexistir logradouro ou prédio público denominado José Clemente dos Reis.

4. Conclusão:

Formalmente a proposição não apresenta ilegalidade que impeça sua aprovação, desde que observada à solicitação acima.

É o parecer que submeto aos ilustres Vereadores.

Salvo Melhor Juízo.

Matias Barbosa, 21 de julho de 2015.

Andréia Martins Ribeiro

OAB/MG 104.359





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CNPJ: 18.338.194/0001- 03

Av. Cardoso Saraiva, 305-Fone: (032) 3273-1344-CEP: 36.120-000-Matias Barbosa-Minas Gerais

Certifico que nesta data foi data publicidade ao Lei n.º 1.012, de 14 de julho de 2009. presente ato normativo por afixação em local próprio e de acesso ao público, nos termos do § 1º do artigo 110 da Lei Orgánica Municipal. Matias Barbosa. Servidor Responsável

Disciplina a denominação a logradouros e próprios públicos de Matias Barbosa e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica estabelecida a denominação de logradouros e próprios públicos no âmbito de Matias Barbosa, observado o disposto nesta Lei.
- Art. 2º Os logradouros e próprios públicos podem receber a denominação de pessoas, datas, fatos históricos e geográficos de fácil reconhecimento pela comunidade.

Parágrafo único - Para as denominações que trata o "caput" deste artigo, não será permitido que uma mesma pessoa, data, fato histórico ou geográfico sejam homenageados mais de uma vez.

Art. 3º - É vedado denominar logradouros e próprios públicos com nomes de pessoas vivas.

Parágrafo único - Somente após 90 (noventa) dias do seu falecimento, poderá ser homenageada qualquer pessoa, para efeito desta Lei, desde que seja de notório conhecimento público e tenha contribuído em qualquer área, para o desenvolvimento do Município.

- Art. 4º É proibida a duplicidade de logradouros e próprios públicos com a mesma denominação, inclusive quando estes pertencerem a deferentes categorias, sob pena de nulidade do ato que atribuir à denominação dúplice.
- Art. 5º Os projetos de lei de denominação de logradouros públicos, guando de sua apresentação, deverão conter documentos de identificação do logradouro a ser denominado, com planta ou mapa de sua localização, expedidos pelo Executivo.

Parágrafo único - Quando se tratar de nome de pessoas nos termos desta Lei deverá acompanhar o projeto de lei:

I - a qualificação pormenorizada do homenageado, com suas ações e iniciativas comunitárias e públicas, que justifiquem a escolha do seu nome para a denominação pretendida:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CNPJ: 18.338.194/0001-03

Av. Cardoso Saraiva, 305-Fone: (032) 3273-1344-CEP: 36.120-000-Matias Barbosa-Minas Gerais

- II quando se tratar de nome de pessoas, deverá acompanhar o projeto de lei a aquiescência expressa dos familiares do homenageado, salvo, quando da inexistência destes e da impossibilidade ou dispensa comprovadas de obtê-la, em que será dispensada tal exigência.
- **Art. 6º** A denominação de logradouros e próprios públicos poderá conter a manifestação da comunidade, expressa através de abaixo-assinado ou qualquer outro meio capaz de expressar a sua vontade.
- **Art.** 7º A alteração da denominação de logradouros e próprios públicos é permitida somente para datas, fatos históricos e geográficos, desde que atendam a uma nova realidade ou atualização.
- § 1º Somente será permitida a troca de nomes de pessoas às denominações já existentes se houver um novo fato que venha desabonar a homenagem prestada, e que não era do conhecimento público quando da efetivação da denominação do logradouro ou próprio público.
- § 2º Pelo menos 2/3 dos moradores de logradouros envolvidos em troca de denominação deverão fazer parte do processo de escolha do novo nome, através de manifestação expressa.
- Art. 8º As denominações de logradouros e próprios públicos serão objetos de lei de iniciativa do Prefeito Municipal ou dos vereadores, utilizando-se para os logradouros a terminologia das categorias estrada, avenida, alameda, rua, travessa, praça, acesso, largo, rótula, esplanada e parque e outros locais pertencentes à municipalidade.
 - Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa (MG), 14 de julho de 2009.

Z CARLOS MARQUES Prefeito Municipal



Ofício nº. 363/2015/CMMB

Matias Barbosa, 22 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor:

Solicito parecer desta Comissão Permanente no Projeto de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica".

Ressalto que, conforme dispõe o Art. 58 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o prazo para exarar parecer é de cinco dias.

Atenciosamente,

Marcos Martins
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.

Joaquim Benedito de Almeida

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



Ofício nº.041/2015/CLJR

Matias Barbosa, 22 de julho de 2015

Excelentíssimo Senhor:

Solicito parecer do relator desta Comissão Permanente no Projeto de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica".

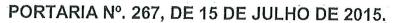
Ressalto que, conforme dispõe o Art. 58 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o prazo para exarar parecer é de cinco dias.

Atenciosamente,

Joaquim Benedito de Almeida Presidente da Comissão de Legistação, Justiça e Redação

Response







Nomeia relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação nas Proposições de Lei nº.32/2015, nº.33/2015, nº.34/2015, nº.35/2015, nº.36/2015 e nº.37/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Câmara Municipal de Matias Barbosa,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Vereador João Fernando de Assis Cipriani para ser o relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação na tramitação das Proposições de Lei nº.32/2015, nº.33/2015, nº.34/2015, nº.35/2015, nº.36/2015 e nº.37/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 15 de julho de 2015.

Marcos Martins

Presidente da Câmara Municipal

CERTIFICO QUE FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO NO DIA

CAMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

OMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.36/2015

RELATÓRIO

De autoria dos Vereadores Otávio Júlio Gonçalves Filho e Carlos Antônio de Castro Lopes, foi protocolada em 15 de julho de 2015 a Proposição de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica" e encaminhada para esta Comissão no dia 22 de julho de 2015 para emissão de parecer em primeira discussão e votação.

Estando o Vereador Otávio Júlio Gonçalves Filho impedido de relatar a proposição, a qual é autor, o Presidente da Câmara nomeou o Vereador João Fernando de Assis Cipriani para relatar a referida proposição, através da Portaria nº.267, de 15 de julho de 2015, conforme determina o inciso II do art. 67 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição de Lei não apresenta vícios de ordem formal ou material que impeçam sua aprovação, conforme disposto no parecer jurídico exarado pela advogada deste Poder Legislativo.

O relator desta Comissão, quanto aos aspectos a que compete examinar, apresentou seu voto favorável à aprovação em primeira votação na Proposição de Lei nº.36/2015, sendo acompanhado pelo Presidente e pela Secretária.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, opinamos favorável a aprovação da Proposição de Lei nº.36/2015.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 28 de julho de 2015.

Joaquim Benedito de Almeida Presidente

João Fernando de Assis Cipriani

Relator

Rita Edite de Oliveira Fernandes Secretária APROVADO

Sala das Comissões 28 107 145

PRESIDENTE DA COMISSÃO

COMISSÃO DE SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

URBANISMO E CIDADANIA

PARECER NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.36/2015

RELATÓRIO

De autoria dos Vereadores Otávio Júlio Gonçalves Filho e Carlos Antônio de Castro Lopes, foi protocolada em 15 de julho de 2015 a Proposição de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica", distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que concluiu por sua aprovação e encaminhada a esta Comissão no dia 28 de julho de 2015 para emissão de parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição de Lei, de acordo com a Comissão de Legislação, Justiça e redação, e ainda de acordo com o parecer jurídico acostado ao processo legislativo, não apresenta vícios de ordem formal ou material que impeçam sua aprovação.

Sendo assim, o relator desta Comissão, quanto aos aspectos a que compete examinar, apresentou seu voto favorável à aprovação na Proposição de Lei nº.36/2015, sendo acompanhado pelo Presidente.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, opinamos favorável a aprovação da Proposição de Lei nº.36/2015.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 28 de julho de 2015.

Pedro Adélio Vianna Presidente

Evandro José Clóvis

Relator

APROVADO

iala das Comissões 28 107 10

PRESIDENTE DA COMICATO



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER DE REDAÇÃO FINAL NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.36/2015

RELATÓRIO

De autoria dos Vereadores Otávio Júlio Gonçalves Filho e Carlos Antônio de Castro Lopes, foi protocolada em 15 de julho de 2015 a Proposição de Lei nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica" e aprovada em primeira discussão e votação no dia 14 de agosto de 2015.

Foi encaminhada a referida proposição em Plenário a esta Comissão no mesmo dia, a fim de que, segundo a técnica legislativa, fosse dada à matéria a forma adequada, nos termos do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisar a proposição aprovada em primeira votação, esta Comissão procedeu à avaliação dos enunciados, a propriedade dos termos usados, a coerência articulatória de preceitos e de dispositivos, o acerto nas remissões internas e externas, além das formas de conexão com o ordenamento em vigor, segundo à técnica legislativa.

É importante observar que o texto de redação final exprime além da confirmação da alternativa técnica sugerida, também uma opção política do Parlamento pela forma em que deseja ver promulgada a proposição e, uma vez acatada por este órgão, não poderá mais ser alterada.

Assim sendo, o Relator opinou por se dar à Proposição de Lei nº 36/2015 a redação final abaixo, sendo acompanhado pelo Presidente e pela Secretária:

PROJETO DE LEI Nº. 36/2015

Dá denominação a logradouro público que especifica.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:







Art. 1º - Fica denominada de Rua José Clemente dos Reis a Rua E do Loteamento Villa Real Residence.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, ___ de ____ de 2015.

Joaquim de Assis Nascimento Prefeito Municipal

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2015.

Joaquim Benedito de Almeida Presidente

João Fernando de Assis Cipriani Relator

Rita Edite de Oliveira Fernandes Secretária

APROVADO

Sala das Comissões 18 108 115

PRESIDENTE DA COMISSÃO



PROJETO DE LEI Nº. 36/2015



Dá denominação a logradouro especifica.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua José Clemente dos Reis a Rua E do Loteamento Villa Real Residence.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, 19 de agosto de 2015.

Joaquim de Assis Nascimento Prefeito Municipal

APROVAÇÃO em_	20	votação
Sala das Sessões	19 1	08 120 15
PRES	ENT	E

Marcos Martins
PREGUENTE
CAMARA MUNICIPIA: DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº. 412/2015/CMMB

Matias Barbosa, 20 de agosto de 2

MATING LANGUA

N Processo: PRO . 2242/15

Data Entrada: 9/ 1 08 1 205

Responsável: Mariane Alicito

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que esta Casa Legislativa, em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2015, aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº. nº.36/2015 que "Dá denominação a logradouro público que especifica", o qual encaminho em anexo, conforme disposto no art. 201 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Marcos Martins
Presidente da Câmara Municipal

Anexo: Projeto de Lei nº. 36/2015

Exmo. Sr.
Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal de
MATIAS BARBOSA - MG



PHEFEITUMA WUNICIPAL WATIAS DANDUSA Sistema Integrado de Gestão Municipal

Opçao: 400 i

	RECIBO DE ABERTURA	DE PROCESSO	ICIPAL DE
SETOR		Entrada em 21/08/2015 às 1	1:12h Identidade: Inscrição Municipal: Matrícula: CEP: 36.120-000 UF: MG
ASSUNTO	OFICIO Nº412/2015/CMMB - GABINETE		
DETALHAMENTO: Previsao de Resposta: 0	OFICIO №412/2015/CMMB - PROJETO DE LEI №36/2015 4/09/2015	5	
	DLO GERADO PELA CENTRAL DE RELACIONAMENTO, NÃ AL DE MATIAS BARBOSA.	ÁO IMPLICA NO PRAZO PRC	CESSUAL E REGIMENTAL DA
As informações sobre o a	ndamento do processo, só serão prestadas mediante este re	cibo.	

Assinatura do Interessado

Assinatura do Responsável Pelo Setor

ce tindo que hesta data no cado pomocado an prasente ato normativo por afixação em local prágrio e de ecesso ao público, nos termos do §1º de artigo 110 da Lei Orgânica Municipal.

Matias Barbosa, <u>W</u> de <u>1100 De</u> de <u>2015</u>

Servidor Responsávei



LEI N.º 1.294, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Dá denominação a logradouro público que especifica.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua José Clemente dos Reis a Rua E do Loteamento Villa Real Residence.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, 24 de agosto de 2015.

JOAQUIM DE ASSIS NASCIMENTO Prefeito Municipal

> Jeaquim de Assis Nascimento PREFEITO MATIAS BARBOSA-MG CPF: 974.810.176-20